

CONGRESSO DA FASUBRA

Assembleias vão eleger delegados/as para o XXIV Congresso da Fasubra

Nesta semana teremos as assembleias que vão eleger os/as delegados/as para o **XXIV Congresso da Fasubra “Defender a Democracia e Avançar nas Conquistas”**.

As assembleias acontecem de **17 a 20/04, nos campi de Limeira, Campinas, Piracicaba e Paulínia**, com pauta sobre “Informes Gerais” e a “Eleição de Delegados/as para o XXIV Confasubra”.

Pode participar o/a trabalhador/a ativo/a, aposentado/a, pensionista e terceirizado/a da Unicamp mesmo não sendo filiado/a ao STU.

Sua participação vai contribuir para elegermos uma delegação grande e forte que vai nos representar em Brasília.

Rumos da luta nacional

O Congresso da Fasubra acontece de 17 a 21/05, em Brasília-DF, onde será debatido e

decidido o plano de lutas, as formas de organização dos/as trabalhadores/as e o posicionamento da Fasubra diante da defesa da educação.

Também será atualizado o estatuto da entidade e será eleita a Direção Nacional da Fasubra e o Conselho Fiscal.

De acordo com a Fasubra, 10 teses foram inscritas para o congresso, as quais reúnem as principais ideias e propostas para os rumos da federação, acesse os documentos no site [www.fasubra.org.br].

O Confasubra é o maior e mais importante congresso da Fasubra (Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Superior Públicas do Brasil), à qual o STU é filiado.

Venha e convide seus/suas colegas de trabalho para participar!

AGENDA DE ASSEMBLEIAS PARA ELEIÇÕES DE DELEGADOS/AS

17/04 (segunda-feira) – 12h

Campus de Limeira
(Pátio Central)

18/04 (terça-feira) – 12h

Campus de Campinas
(Praça da Paz)

19/04 (quarta-feira) – 10h

Campus de Piracicaba
(Pátio Central)

20/04 (quinta-feira) – 10h

Campus de Paulínia
(Refeitório CPQBA)

DISCUSSÃO SOBRE IMPLANTAÇÃO DO VALE REFEIÇÃO AVANÇA

Quinta-feira passada (13) teve a reunião entre a reitoria e os/as conselheiros/as Consu representantes dos/as funcionários/as, onde foi discutida a minuta dos/as conselheiros/as referente à concessão do Vale Refeição (VR).

A proposta do ofício do sindicato, que converge com a proposta dos/as conselheiros/as PAEPE, descarta os descontos em caso de férias, licenças, faltas, afastamento etc.

Para a reitoria, pagar o VR em licenças desvirtua o objetivo do benefício que é oferecer subsídio para as refeições, podendo “conflitar” com as regras do auxílio alimentação, que é pago mesmo na ausência do/a funcionário/a.

Diferente da proposta da reitoria, de descontar 20% do valor recebido por mês, defendemos o não desconto dos 20% e a proposta dos/as conselheiros/as de pagar R\$ 1.00/mês, para seguir a legislação.

A nossa proposta leva em consideração o preocupante comprometimento do orçamento familiar da categoria com a margem de consignado e com o alto custo de vida.

Os/As conselheiros/as reforçaram que a defasagem salarial pesa no bolso da categoria e precisa ser amenizada.

Diante dos argumentos, a reitoria se propôs a analisar uma proposta que pudesse compor as reivindicações dos dois lados para que haja acordo.

Pressão pelo fim dos descontos

O chefe de gabinete da reitoria, Paulo César Montagner, aproveitou para esclarecer que a minuta da reitoria considera as especificidades dos/as profissionais da Saúde e de quem tem gratuidade no bandeirão, por exemplo.

O assessor reafirmou que, salvo algum “contratempo”, a reitoria se compromete que o vale seja implantando em 1º de maio próximo.

Reconhecemos que o VR é uma

conquista histórica e, apesar do avanço na discussão sobre a mudança na forma de custeio, o STU segue defendendo que o VR seja pago mesmo em licenças e que o custeio seja de R\$ 1,00/mês para a categoria.

É a reta final desta negociação e precisamos nos manter mobilizados para barrar qualquer desconto que comprometa o nosso salário.

Reitor não quer ser contrariado

O reitor utilizou um longo período da reunião do Consu para expressar o seu descontentamento com o ato realizado pela categoria num evento em ele participava.

O protesto era parte da nossa paralisação ocorrida quinta-feira passada (12).

Vamos seguir organizando manifestações legítimas enquanto a reitoria continuar ignorando se recusando a negociação a nossa Pauta Específica com o STU.

Tom Zé está incomodado com a nossa mobilização

Paralisação aponta necessidade de pressão para arrancar 26% e isonomia



Trabalhadores/as paralisam para cobrar negociação da pauta

A Paralisação com Ato, aprovada em assembleia e realizada quarta passada (12), foi importante no enfrentamento à postura intransigente do reitor Tom Zé.

No ato, os/as trabalhadores/as formaram uma comissão que foi até o evento onde o reitor estava: porque se ele não vem dialogar, nós vamos até ele buscar negociação.

Na abertura do evento, os/as manifestantes levantaram seus cartazes escritos “Hoje é Dia de Paralisação”.

A intervenção do Magnífico Reitor se posicionando contra a manifestação e, novamente, se recusando a agendar reunião sob a justificativa de que deveríamos procurar o chefe de gabinete da reitoria, causou indignação na categoria.

Tom Zé atacou o movimento sugerindo que somos uma minoria antidemocrática: *“...Democracia significa, antes de tudo, ser capaz de construir maiorias e consensos. As pessoas deveriam estar preocupadas com isso: qual é a capacidade efetiva de construir maiorias e consensos? E não só realizar atividades que representam movimentos legítimos, mas que não são capazes de construir maiorias e consensos”*.

Por conta da fala desrespeitosa do reitor os/as manifestantes solicitaram espaço para intervenção em nome dos/as trabalhadores/as presentes no ato.

O que ele ignora é que o protesto foi aprovado em assembleia, a mais importante instância deliberativa da categoria, depois do congresso estatutário.

Curioso é que até o Instituto Rouanet convidado pelo evento e representado pela diretoria executiva, Adriana Rouanet, filha de Sérgio Paulo Rouanet, inspiração para a Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, reconheceu a legitimidade democrática do nosso movimento. Em post publicado

nas redes sociais eles registram que as nossas representantes usaram *“seu direito democrático à liberdade de expressão”*.

O ato foi a expressão de uma categoria

descontente com as posturas antidemocrática e evasiva do reitor que se recusa a negociar.

Ao contrário do que prega o reitor, nosso protesto não quer desmoralizá-lo perante a comunidade acadêmica, tão pouco manchar a imagem da Unicamp, como a reitoria diz.

Queremos diálogo democrático

Queremos e merecemos tratamento digno e valorização pelos serviços prestados à Universidade. Por isso, cobramos 26% de reajuste, pagamento de abono, vale refeição justo, auxílio saúde, elevação dos pisos médio e superior e isonomia.

Não para falir a Unicamp, mas para repor perdas salariais acumuladas desde maio/2012.

Nossa paralisação foi para cobrar a nossa pauta e expressar descontentamento com a política de

arrocho salarial. Mas pelo visto conseguimos incomodar o reitor Tom Zé!

Uma pena que o desconforto dele não é igual ao que sentimos em nossos bolsos, mas sinaliza que estamos no rumo certo.

Apesar da contrariedade do reitor, a paralisação foi positiva e a mesa diretora do evento se colocou a disposição do sindicato para aprofundar o debate sobre a Universidade que queremos construir.

Por que cobramos 26% de forma única?

Em assembleia realizada dia 30/03, aprovamos o índice de 26% de reajuste em parcela única, diferente do Fórum das Seis que propõe o pagamento de uma parcela em maio e outra no 2º semestre.

Nossa categoria defendeu que é urgente a reposição da inflação que corrói assustadoramente os nossos salários.

Cruesp agenda reunião

Terça-feira (11), o Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2023, acesse no nosso site.

Dias depois, o Cruesp agendou reunião da equipe técnica da área financeira com o Fórum, para 12/05. E **dia 18/05 deve ocorrer a primeira negociação entre o Fórum e o Cruesp.**

Precisamos seguir mobilizados para que neste dia haja negociação de fato com apresentação de proposta salarial da parte dos reitores.



instagram.com/instituto.rouanet



Instituto.rouanet O I Colóquio Rouanet-Unicamp teve sua abertura oficial ontem com palavras do Reitor, Antonio José de Almeida Mello, do Pró-reitor de Pesquisa, João Marcos Travassos Romano, da Representante do Departamento de Teoria Literária, Orna Levin, e de nossa Diretora Executiva Adriana Rouanet. Falando remotamente, ela ressaltou a importância de legado intelectual e da prática pública de seu pai, Sérgio Paulo Rouanet, inspirada no Iluminismo e transportada em duradouras políticas de Estado, como a Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet.

A fala do reitor, na sequência, foi interrompida por manifestantes do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), reivindicando ajustes salariais. O professor Marcos Lopes fez um importante gesto de diplomacia ao passar a palavra às manifestantes Adriana Stella, e Gabriela Barros e Eva Lopes para que usassem o fórum do Colóquio (que relembra o legado pro-democrático e iluminista de seu pai) para usarem seu direito democrático à liberdade de expressão, desde que respeitassem, como os outros palestrantes, o limite de tempo de cinco minutos de fala, coisa que fizeram.

Após a abertura, a sequência das apresentações demonstrou a necessidade e relevância do diálogo entre ideias por vezes antagônicas e a importância do debate acadêmico como forma de estabelecer pontes com a sociedade.

A mesa composta pelos professores Marco Helene Barreto e Richard Symank, com moderação da professora Daniele Barbosa tratou de temas relacionados à psicanálise na obra de Sérgio Paulo Rouanet e à psicologia analítica de Jung. O professor Symank destacou a originalidade da filosofia da psicanálise inaugurada e praticada pelo homenageado. Quanto ao professor Marco Helene, ele justificou a introdução do pensamento de Jung no conteúdo iluminista mostrando o

ASSEMBLEIA ORÇAMENTÁRIA

Dia 28/04 (sexta-feira), às 12h, na sede do STU, vai acontecer uma Assembleia Estatutária Orçamentária para debater com os/as associados/as do Sindicato a situação financeira da entidade.

Vamos aprovar o balanço financeiro 2022 e a proposta orçamentária para 2023.

Em breve divulgaremos mais informações em nossos canais de comunicação.

Após protocolo da Pauta Unificada, Cruesp agenda reuniões somente para meados de maio. Solicitação do Fórum era de encontro técnico ainda em abril

Reivindicação salarial é de 26,03% em 2023, sendo 16,18% em maio e o restante em outubro.

Também queremos negociar a valorização dos níveis iniciais, condições dignas de trabalho e estudo, entre outros

Uma comissão de representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis dirigiu-se à reitoria da Unesp no início da tarde de 11/4 para protocolar a **Pauta Unificada de Reivindicações 2023**. A iniciativa havia sido informada ao Conselho de Reitores por meio de ofício, na expectativa de que o documento fosse recebido pelo reitor da Unesp e atual presidente do Cruesp, Prof. Dr. Pasqual Barretti, ou por algum membro de sua equipe. No entanto, conforme explicado posteriormente pelo secretário executivo do Cruesp, Prof. Dr. Cesar Martins, em ofício enviado ao Fórum, as agendas do dia estavam comprometidas com reuniões anteriormente marcadas. A Pauta foi recebida pela servidora Salete Jorge, que atua na Chefia de Gabinete da Unesp.

Agendamento de reuniões

O protocolo da Pauta foi acompanhado do pedido de agendamento de uma nova reunião das equipes técnicas do Cruesp e do Fórum, ainda no mês de abril, e de mesa de negociação até o final da primeira semana de maio. Em resposta, o Cruesp enviou ofício informando a data de 12/5 para a reunião técnica e 18/5 para a primeira negociação.

O Fórum considerou ambas as datas tardias e, por isso, enviou novo ofício aos reitores, em 13/4, lembrando que, nas duas reuniões técnicas realizadas neste ano, em 27/1 e 28/2, havia sido acertado que um novo encontro ocorreria em abril, tão logo os dados técnicos do mês anterior estivessem fechados. Desta forma, a data de 12/5 para uma próxima reunião fere o combinado, além de comprometer a sequência de análises mensais iniciadas em janeiro. “Muito provavelmente, os grupos técnicos do Cruesp e do Fórum já terão condições de trabalhar os cenários possíveis a partir da próxima semana”, pondera o documento. O ofício também classificou como bastante longínqua a data de 18/5 para a primeira negociação, uma vez que a data-base das categorias é 1º de maio. “Inclusive, as entidades fizeram um esforço para agilizar a realização de assembleias de base e a formatação da Pauta, de modo a protocolá-la antes de 14/4, data inicialmente prevista”, reforçou o texto.

Em novo retorno, no dia 14/4, o Cruesp argumentou que a opção pelas datas – 12 e 18/5 – leva em conta o fato de que a arrecadação do primeiro quadrimestre já estará fechada, “o que permitirá dados mais concretos para discutir o dissídio, que ocorre no mês de maio”.

As entidades que compõem o Fórum esperam que a escolha das datas não tenha o objetivo de estancar os debates da data-base numa única reunião, o que descaracterizaria a intenção de negociação de fato.

O índice salarial e os demais pontos na pauta

O índice salarial reivindicado na Pauta Unificada é de 26,03%, necessário para recuperarmos o poder de compra de



Representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis durante o protocolo da Pauta, na reitoria da Unesp, em 11/4

maio/2012. A reivindicação é apresentada da seguinte forma:

- **Em 1º/5/2023:** 16,18% de reajuste (7,10% da inflação de 14 meses + 8,48%, que é a metade da diferença que falta para repor o poder de compra de maio/2012).

- **Até final de 2023:** 8,48% (a outra metade que falta para repor maio/2012). Nova negociação em outubro/2023.

Além do reajuste salarial para todos e todas, a Pauta Unificada traz um item voltado à **valorização dos níveis iniciais das carreiras**. Para os/as docentes, a reivindicação é de alteração nos interstícios que separam os salários referência dos vários níveis da carreira, fixando-os em um mesmo valor de 7% e usando o salário base do MS6 como referência. Para os/as técnico-administrativa(os), reivindica-se um acréscimo de um valor fixo para toda(o)s, incidindo de forma diferenciada entre os níveis, pois o acréscimo percentual será maior para os níveis iniciais do que para os mais altos na carreira. A parcela fixa deverá ser calculada em cada universidade, de forma a corresponder ao valor necessário para que o menor salário (piso do nível Fundamental I) equivalha a três salários mínimos nacionais.

Composta de seis itens, a Pauta também reafirma a posição contrárias das entidades à terceirização e à privatização, pleiteia a democratização das instâncias de poder, isonomia e paridade entre pessoal da ativa e aposentada(o)s, contra a reforma administrativa etc. Há reivindicações sobre condições de trabalho e estudo, permanência estudantil/gratuidade ativa, entre outras. Confira a íntegra no *site* da sua entidade.

Além de reforma administrativa, “pacote de gestão” de Tarcísio prevê redução de gastos obrigatórios com educação. Não vamos aceitar retrocessos

Notícia no jornal *Folha de S. Paulo*, em 21/3/2023, afirma que o governo Tarcísio de Freitas-Felício Ramuth estuda enviar um “pacote de gestão” à Assembleia Legislativa. Além da proposta de reforma administrativa (*veja a seguir*), estaria nos planos do governador um projeto de emenda (PEC) à Constituição do estado para diminuir os recursos à educação.

A PEC em estudo pela equipe econômica de Tarcísio – composta por ex-assessores do ultraliberal Paulo Guedes quando ministro da Economia do governo Bolsonaro-Mourão –, é ousada. A ideia é aprovar na Alesp uma mudança no percentual mínimo que a Constituição paulista exige para gastos com a educação, no caso, 30% das receitas. A justificativa marota do governo, que quer reduzir esse índice para 25%, é que os 5% restantes poderiam ir para a saúde (atualmente, com 12,5% de vinculação mínima).

“É uma proposta sórdida, pois sequer aplicamos os 30%”, avalia o sociólogo e ex-deputado estadual Cesar Callegari. Ele lembra que os governos fazem manobras para dizer que atendem à vinculação exigida pela Constituição, colocando nos 30% os gastos com aposentadorias e pensões de servidores da área, por exemplo. Callegari falou do assunto durante uma *live* promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o Sinteps, que integra o Fórum das Seis. Ele fez parte de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) quando era deputado paulista, em 2000, que comprovou o não cumprimento do mínimo constitucional à educação pelo governo da época, realidade que se mantém até hoje. “Se já temos escolas precárias e sem infraestrutura, salas abarrotadas de alunos, salários archochados e quase nada de investimento na formação de professores, imagine como ficará a situação com a redução dos investimentos”, projetou.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de três quintos dos deputados – 57 de 94 –, diferente de outros projetos de lei, que demandam maioria simples (48 votos).

No caso da reforma administrativa, outro dos ingredientes do “pacote de gestão” de Tarcísio, basta maioria simples. Para dar início aos estudos que devem culminar com o projeto de reforma administrativa, o governador criou um grupo de trabalho por meio do Decreto nº 67.473, de 6/2/2023, com o “objetivo de elaborar estudos e apresentar propostas de modernização e aperfeiçoamento da política de gestão de pessoas, no âmbito da Administração Pública estadual”. A princípio, segundo a equipe econômica paulista, a intenção é acabar com parte dos cargos comissionados; numa segunda etapa, ainda este ano, mirando os servidores de carreira, viria a criação de um novo Estatuto do Servidor Público, já que o atual é de 1968. O que o governador pretende inserir na tal reforma não se sabe ao certo, mas seu perfil político deixa claro que serão propostas para subtrair direitos do funcionalismo.

Reforma administrativa não é ameaça nova

Em âmbito nacional, os últimos anos foram de luta contra a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 32, que tramitava no Congresso Nacional e foi retirada de pauta após a posse do presidente Lula. A ‘PEC da reforma administrativa’, como ficou conhecida, trazia um conjunto de pesados ataques aos



direitos do funcionalismo, como o fim da estabilidade e o esvaziamento dos concursos públicos, e também sinalizava com o aumento das terceirizações e da precarização dos serviços prestados à população. A retirada de pauta não significa, por certo, que outras propostas semelhantes não possam ser apresentadas, exigindo atenção e mobilização permanentes.

No âmbito estadual, no final de 2020, o ex-governador João Doria chegou a aprovar parte de um projeto de lei (PL 529), transformado na Lei 17.293/2020, que subtraiu direitos do funcionalismo e fechou órgãos públicos. Inicialmente, o projeto previa a extinção de 10 órgãos públicos e atacava diretamente as universidades estaduais e a Fapesp, exigindo que ‘devolvessem’ ao estado as suas reservas técnicas, o que implicaria em prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão na época. A reação das categorias fez o governo recuar parcialmente, deixando de lado o confisco de recursos das universidades e da Fapesp, bem como o fechamento de quatro dos órgãos ameaçados (Fundação para o Remédio Popular – FURP, Fundação Oncocentro – FOSP, Fundação Instituto de Terras – Itesp e Instituto de Medicina Social e de Criminologia – Imesc). Mas outros (Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN, Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de SP – Daesp) não escaparam do desmonte.

A investida de Tarcísio, agora, demonstra a intenção de avançar em novos ataques.

Preparar a mobilização

O programa de governo de Tarcísio de Freitas já deixava clara a linha a ser seguida: terceirizações/privatizações, esvaziamento dos serviços públicos, ataques aos direitos do funcionalismo. Suas primeiras iniciativas, portanto, não surpreendem, e exigem **atenção e mobilização!**